



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JORNALISTA ORLANDO
DANTAS**

**GETÔNIO SILVEIRA LEITE
JACQUELINE MENEZES BARBOSA**

**DIVERSIDADE CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS NO ESPAÇO
ESCOLAR**

São Cristóvão – Se
Fevereiro de 2016

**GETÔNIO SILVEIRA LEITE
JACQUELINE MENEZES BARBOSA**

**DIVERSIDADE CULTURAL E VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Sistema de garantias e efetivação dos direitos infanto-juvenis.

Professora Orientadora: Grasielle Borges Vieira de Carvalho – Mestre em Direito das Relações Sociais – Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP.

São Cristóvão – Se
Fevereiro de 2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Barbosa, Jacqueline Menezes, 2016

Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças/ Getônio Silveira
Leite, Jacqueline Menezes Barbosa – 2016 44 f.: 30 cm

Orientadora: Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Plano de Intervenção/ Monografia (lato sensu) - Universidade Federal de
Sergipe/ Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Sistemas de
garantias e efetivação dos direitos infantojuvenis, 2016.

1. Diversidade Cultural 2. Valorização 3. Diferenças I. Carvalho, Grasielle
Borges Vieira II. Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JORNALISTA ORLANDO
DANTAS**

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção dos docentes Getônio Silveira Leite e Jacqueline Menezes Barbosa intitulado Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças no Espaço Escolar defendido e aprovado em 26 de Fevereiro de 2016 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

**Profª. Msc. Grasielle Borges Vieira de Carvalho
Presidente**

**Profª. Drª Denise Leal Fontes Albano Leopoldo
Membro Titular**

**Profª. Drª Adriane Alvaro Damascena
Membro Titular**

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, nossos pais, irmãos, ao meu namorado José Adenilton pelo amor, compreensão e paciência, aos nossos Tutores pelo apoio prestado a todo esse tempo, a Universidade Federal de Sergipe e a Coordenação Geral da Pós graduação Direitos Infante – Juvenis no Ambiente Escolar (A Escola que Protege).

À nossa orientadora Professora Grasielle Borges Vieira de Carvalho por se mostrar sempre prestativa.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta e indireta para nosso conhecimento.

RESUMO

Este projeto foi estruturado para ser aplicado aos alunos do 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jornalista Orlando Dantas” da cidade de Aracaju-Sergipe, onde serão abordadas as questões da valorização, compreensão e diversidade da cultura afro-brasileira, mostrando que muitos profissionais desconhecem ou tem receio de trabalhar este conteúdo, por não estarem preparados para entrar no âmbito das discussões políticas, de preconceito social, racial e religioso, bem como, serem também fruto de um processo pedagógico que também os alijou desses conhecimentos. Para tanto, será enfatizado o valor educacional da cultura afro descendente através do ensino de história e cultura Afro-Brasileira, propiciando um resgate cultural, apresentando a cultura afro como elemento de integração da comunicação individual e coletiva, pois através dela, facilitaremos as relações sociais, reconhecendo os conflitos inerentes a esse tema.

Palavras-chaves:

Educação. Cultura Afro-Brasileira. Relações sociais. Inclusão.

ABSTRACT

This project was structured to be applied to the students of the 4th year of the Municipal School of Basic Education " Journalist Orlando Dantas " the city of Aracaju- Sergipe, where the issues of recovery will be addressed the issues of valuation, understanding and diversity of african -Brazilian culture, showing that many professionals are unaware of or afraid to work this content, because they are not prepared to enter the field of political discussions, of social, racial and religious prejudice, as well as, be also the result of a pedagogical process which also jettisoned such knowledge. To do so, will be emphasized the educational value of afro descendant culture through the teaching of history and Afro-Brazilian culture, providing a cultural rescue, showing the African culture as a factor of integration of individual and collective communication, because through it we will facilitate social relations, recognizing the conflicts inherent in this theme.

Key words:

Education. Afro-Brazilian culture. Social relations. Inclusion.

LISTAS DE FOTOS

Foto 01 – Fachada da E.M.E.F Jornalista Orlando Dantas.....	42
Foto 02 – Apresentação dos alunos do 4º ano “A” sobre o Plano de Intervenção “Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças no Espaço Escolar”.....	42
Foto 03 – Palestra com alunos do Ensino Fundamental Menor com o tema: “Preconceito Racial”.....	43
Figura 04 – Alunos do 4º Ano “A” em sala de aula.....	43
Figura 05 – Alunos do 4º ano “A” em sala de aula	44
Figura 06 – Alunos do 4º ano “A” em sala de aula.....	44

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
SUMÁRIO	8
LISTA DE FOTOS	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	11
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO.....	31
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICES	42

INTRODUÇÃO

Sabe-se que na área da educação há necessidade de múltiplas estratégias para desenvolver as diferentes potencialidades dos alunos no intuito de promover um ensino que contemple as diversidades culturais do educando. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais, aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos.

Sendo os estabelecimentos de ensino multiculturais e raciais, acredita-se que diante de currículos e propostas pedagógicas que valorizem a aprendizagem da história de povos de todo o mundo e da cultura que cerca a sociedade, ter-se-á uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a disseminação das suas raízes culturais. Assim sendo “um ensino de qualidade busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la” (SILVA, s.d., p.4). “Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daqueles discente identificados como negro.” (BRASIL, 2006, p.22)

A inclusão no sistema escolar de conteúdos relacionados à Cultura Afro-Brasileira deu-se com a promulgação da Lei Federal 10.639/03 a qual determinou a obrigatoriedade de estudos relacionados à temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em estabelecimento de ensino fundamental e médio, seja oficial ou particular.

Portanto, “é necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.” (BRASIL, 2006, p.23)

Com este projeto, “Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças no Espaço Escolar”, os discentes serão os atores principais no seu processo de construção do conhecimento, ampliarão seus conceitos despertando um sentimento de busca pelo saber, imbuindo de uma consciência cidadã na busca da formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

A busca de uma Educação para a Diversidade que reconheça e valorize as diferenças faz surgir ações que proporcionam relações de respeito à dignidade humana e a diversidade cultural existente em sala de aula.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (2003 apud SANTOS, 2008, p.34)

A lei 10.639/03 determinou a obrigatoriedade em nível fundamental e médio do ensino da História e cultura Afro-Brasileira, determinando que o conteúdo programático das aulas em especial as de educação artística, Literatura e História Brasileiras, incluísse essa disciplina juntamente com a sua contribuição na forma Cultural Brasileira, seja ela no campo, econômico, social e político e ainda luta dos negros.

Ao tornar obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis de ensino, busca-se problematizar a diversidade, em especial a social e cultural, como um conhecimento que valorize e promova respeito à diversidade de nosso país, tornando necessário o trabalho com essa temática em sala de aula. Será de suma relevância que o professor construa um novo olhar sobre a história nacional e regional, escolar e comunitária, ressaltando a contribuição dos povos africanos e das populações afrodescendentes na construção da nação brasileira, como também desmistificar visões equivocadas sobre o negro e sobre o continente africano.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana teve um caminho árduo até ser instituído. A reivindicação dos grupos militantes e o interesse por essa área foram manifestados desde a rearticulação do Movimento Negro em 1978. Foram então propostas novas abordagens teórico–metodológicas e revisão

dos conteúdos escolares para uma história que privilegiasse os grupos até então despossuídos de sua historicidade.

[...] a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais. (GADOTTI, 2001, p.114)

A aproximação do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras não pode prescindir do conhecimento dos espaços de tradição e de cultura afro-brasileira, estabelecendo vínculos com a ancestralidade, com a história de vida dos alunos e as histórias de resistência de ontem e de hoje. Mesmo assim, a cultura afro-brasileira atualmente é trabalhada, na maioria das escolas, sem problematizar, pois, se trabalha, muitas vezes, para cumprir a lei ou para cumprir o calendário do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. Trabalha-se também nesse dia com cartazes e frases mencionando as contribuições da cultura afro-brasileira, sem, contudo, se fazerem análises críticas ou questionamentos com os alunos sobre a cultura negra, sua identidade, contribuição cultural e outras ideias relacionadas ao tema.

O olhar diferenciado para Diversidade Cultural é a principal forma para garantir que a lei seja amplamente, ou da melhor maneira possível cumprida, devido a necessidade de nos debruçar sobre esses e demais documentos a fim de produzir reflexões que exaltem as possibilidades de cada grupo mediante o tempo político e histórico, evitando posicionamentos estereotipados e de valor, afirmando que um ou outro seja mais, ou melhor, formador do povo brasileiro.

[...] a fonte histórica passou a ser a construção do historiador e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu. (SILVA, 2006, p.162)

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Construir a valorização da cultura Afro-Brasileira, garantida por lei é, portanto, lançar um olhar diferenciado para as fontes apresentadas por aqueles que se debruçam para os ensinamentos nas escolas fiquem permeados por olhares estagnados de questionamentos e reflexões.

Apesar da lei existente e referente ao ensino da cultura afro-brasileira, ainda se encontram, nos dias de hoje, alunos desenhando ou recortando gravuras para a construção de cartazes com figuras do negro sendo amarrado, chicoteado e outras imagens desse teor, representando o que está presente nos livros didáticos. Diante desses fatos, a necessidade de trabalhar a cultura afro-brasileira em termos mais conscientes se torna fundamental.

Percebe-se que o preconceito racial se manifesta na escola não apenas pelas expressões racistas entre alunos ou entre professores e alunos, mas também pela omissão e pelo silêncio quando essas situações ocorrem ou, ainda, pelo mesmo silêncio e ocultamento da imagem do negro como imagem positiva e, na contrapartida, pela super-representação da imagem do branco (ZANON; BRAGA; BRITO, 2010, p. 6).

Perpetramos sempre uma distinção, nas Ciências Sociais, entre raça e classe: os analíticos, de um lado, e os que podemos chamar de “nativos”; ou seja, trabalhamos com categorias analíticas ou categorias nativas. Um conceito ou categoria analítica é aquela que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, tem um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. A verdade é que qualquer conceito, seja analítico, seja nativo, qualquer um, só faz sentido num contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico. Para mim, não existem conceitos que valham sempre em todo lugar, fora do tempo, do espaço e das teorias. São pouquíssimos os conceitos que atravessam o tempo ou as teorias com o mesmo sentido.

O que é raça? Depende. Realmente depende se estamos falando em termos científicos ou de se estamos falando de uma categoria do mundo real. Essa palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia.

É a partir deste quadro de discriminações, racismo, exclusões e violências históricas que no final da década de 70 do século passado o Movimento Negro ganhou força e cresceu nacionalmente, marcado por enfrentamentos, conflitos e tensões com o Estado brasileiro (GONÇALVES, 2000, p. 32)

No final do século XIX para lembrar que quando a sociologia se forma – lemos isso em Karl Marx, Emile Durkheim, e em Sérgio Villa Boas – ocorre um deslocamento em termos de explananda: abandonamos as explicações sobre o mundo social baseadas em raça ou clima, em favor de explicações baseadas no social e na cultura. O que funda as Ciências Sociais é a ideia de cultura. É a ideia de que a vida humana, a sociedade política, etc., não são determinadas, de uma

maneira forte, por nada além da própria vida social. Quem não se lembra de Durkheim repetindo: “um fato social só pode ser explicado por outro fato social”?

Essa mesma ideia vai ser desenvolvida por Boas e por outros. Podemos pensar em cultura material ou simbólica, e essa ideia de cultura simbólica é muito importante para nós que trabalhamos com “raça”. Construimos o sentido de nossa vida social e individual, assim, como construimos também os artefatos que nos permitem sobreviver e reproduzir de maneira ampliada a nossa vida em sociedade. Aquilo que chamamos de natureza física pode ser considerado, de agora em diante, como simples condicionante da vida social.

Somos seres humanos, o que aprendemos na e da cultura de quem somos e de que participamos. Algo que cerca e enreda e vai da língua que falamos ao amor que praticamos, e da comida que comemos à filosofia de vida com que atribuímos sentidos ao mundo, à fala, ao amor, à comida, ao saber, à educação e a nós próprios. (SANTOS, J.C, 2010, p.12)

A “raça” não desapareceu totalmente do discurso científico. Principalmente do discurso da biologia, mas também de todos os discursos que insistem em explicar a vida social concorrendo com a sociologia. A biologia criou a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais dos seres humanos. Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário.

É preciso ser desrespeitoso, inicialmente, consigo mesmo, com a pretensa imagem do homem educado, do sábio ou mestre. E é preciso desrespeitar também esses monumentos da pedagogia, da teoria da educação, não porque não sejam monumentos, mas porque é praticando o desrespeito a eles que descobriremos o que neles podemos amar e o que devemos odiar. [...]. Nessas circunstâncias, o educador tem a chance de repensar o seu estatuto e repensar a própria educação. O educador, ao repensar a educação, repensa também a sociedade. (GADOTTI 1998, p.71)

Depois da tragédia da Segunda Guerra, assistimos a um esforço de todos os cientistas – biólogos, sociólogos, antropólogos - para sepultar a ideia de raça. A

vontade de todos era apagar tal ideia da face da terra, como primeiro passo para acabar com o racismo. Alguns cientistas naturais, biólogos, tentaram impedir o uso do conceito na biologia, mesmo que tenha ficado claro que ele não pretendia mais explicar a vida e as diferenças entre os seres humanos; propuseram que o seu nome fosse mudado, que se passasse a falar de “população” para se referir a grupos razoavelmente isolados, que concentrassem em si alguns traços genéticos. Essa ideia de “população”, apesar de próxima de “raça”, seria extremamente útil em alguns estudos biológicos e, ao mesmo tempo, evitaria as implicações psicológicas, morais e intelectuais do antigo termo.

O que significa a não existência de raças humanas para a biologia é o seguinte: as diferenças internas no interior das populações africanas é maior do que as diferenças existentes entre populações africanas e populações europeias. Ou seja, é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. “[...] vê no trabalho educativo uma forma de luta possível, entre outras práticas sociais, para a transformação da sociedade, dialeticamente articulada.” (GADOTTI 2001, p.39).

As raças são cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio à Sociologia ou às Ciências Sociais que trata das identidades sociais, buscando a formação de conceitos para a solução dos problemas. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem. As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre gerações. Usando essa ideia, podemos dizer que certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais; só nesse campo a ideia de raça faz sentido. Para a sociologia raças são discursos sobre as origens de um grupo, que usa termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raça e certas essências).

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à atenção, à associação, à formação de imagens, à inferência, ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, ou palavra, como meio pelo qual conduzimos as

nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos (VYGOTSKY, 1987, p. 50).

No Brasil as raças foram de fato, um conceito nativo e foram durante muito tempo uma categoria de posição social. Pelo menos até o começo do século XX, essa era uma categoria totalmente a natural; somos uma nação que se formou com a escravidão, e essa escravidão não era uma escravidão generalizada de todos os povos, mas somente daqueles localizados numa determinada parte do continente africano.

Os povos que escravizamos vieram da África ocidental e da África meridional, hoje Congo, Angola, Moçambique, Zaire e aí, subindo a costa ocidental, a Nigéria, o Níger e Golfo do Benin. Foram dessas regiões que vieram os povos escravizados em toda a América. Um sistema muito próprio de comercialização que envolvia negreiros da Holanda, de Portugal, do Brasil, da Inglaterra, da França, etc., alguns reinos africanos e as colônias americanas. Essas pessoas escravizadas foram chamadas de “africanas” e “negros”; essas foram, digamos, as duas identidades criadas originalmente na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão.

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. (GONÇALVES E SILVA 2007, p. 490)

Então, nesta sociedade a raça era importante para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais. Essas posições sociais foram chamadas originalmente de “classes”. Usando Weber, que distingue os grupos abertos - como as classes - dos fechados - como as castas - uma boa parte da literatura sociológica brasileira afirma que a colônia brasileira era uma sociedade de castas. Isso porque, no nosso caso, a relação social era fechada pela cor – negro – que sinalizava, seja a ideia de raça, seja a ideia de cultura e civilização, seja a ideia religiosa de uma descendência divina.

O fato é que essa racionalização, que marcou a sociedade e a nação brasileiras desde o seu início, foi cedendo lugar aos poucos a fórmulas muito mais

brandas. Esse processo é razoavelmente bem estudado pela historiografia, mas não completamente desvendado. Sabe-se, por exemplo, que, no Brasil, a ordem escravocrata era mantida com uma taxa de alforria muita alta e um tráfico muito intenso de escravos. Com o tempo se formou, no Brasil, uma classe de homens livres pretos, mulatos e pardos, que foi realmente forçando, conquistando o seu lugar na sociedade, o que fez com que essa racionalização teológica fosse abrandada.

Todos esses fatos nos remetem a pensarmos: em algum momento do tempo, possivelmente pressionada pelo avanço social dos ex libertos e seus descendentes, a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser “cor” e não “raça”.

Culturas negras existem em diferentes contextos: elas diferem em sociedades que são predominantemente brancas e em sociedades nas quais a maioria de sua população é definida como não-branca, mas uma norma somática que prevalece é a que coloca os indivíduos, com traços definidos como africanos, na base da hierarquia social, ou próximos a esta base. (SANSONE 20014, p. 35)

É verdade que temos antecedentes desde o Império. O primeiro foi, sem dúvida, o movimento romântico brasileiro, o indianismo. O que foi esse movimento? Foi o primeiro momento de uma nação independente, da nação brasileira. Fomos buscar no índio o símbolo da nação brasileira. Esta foi uma maneira de deixar de ser europeu e passar a brasileiro.

Silvio Romero e a chamada “geração realista”, esteve entre os intelectuais brasileiros que conceberam os ideais nacionais da formação da República. Romero em seus estudos analisou as particularidades da civilização mestiça do Brasil, defendendo que nela está a essência da cultura nacional. “Todo brasileiro é mestiço, quando não no sangue, nas ideias” afirmou em 1888. Esse pensador vai enfrentar o problema nacional fundamental, qual seja: não temos mais escravos e agora não podemos mais fazer de conta que o negro livre é caboclo, que o negro livre é índio. Vai ser preciso incorporar agora esse povo, essa raça, nessa nação nova, criar símbolos nacionais.

Foi isso que a geração de 20 fez, num período muito fértil da nacionalidade, da qual participaram todos, inclusive os movimentos negros da

época. Até hoje é impossível pensar o movimento negro sem pensar que ele continua lutando para ser integrado a essa nação, ainda que, agora, de uma forma que não seja simplesmente simbólica. Pois, simbolicamente, os negros foram incorporados sim, por Freyre, pelo Mario de Andrade, pelos folcloristas. Nos anos 50, a palavra de ordem que encontramos ainda é a seguinte: a cor é apenas um acidente. Somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; “raça”, então, nem se fala, esta é abolida, quem fala em raça é racista, não tem escapatória.

O modo de classificação por cor não fecha as portas para ninguém, não pesa quase nada nas oportunidades sociais, a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais. Ficamos pensando se isso era uma construção ideal, ou se pretendia ser uma representação do real, por que sabemos por monografias, por etnografias, que certos clubes eram fechados, que certos lugares das praças públicas das cidades eram vedados aos negros, etc. Mas, o mais importante para nós é que Pierson inaugura uma outra retórica de raça, em que a palavra “classes”, usada em sentido acadêmico, weberiano, é popularizada, ou seja, passa aos poucos a ser de domínio popular.

[...] entre grupos racialmente definidos como “brancos” e “negros”. Isto quer dizer, que, por definição, nem todas as pessoas identificáveis como negras se reconhecem ou participam na cultura negra, o tempo inteiro. Isto significa também que qualquer tentativa de definir de forma estreita o que é uma cultura negra, estabelecendo uma pretensa essência universal, funciona como um cobertor curto — deixa insatisfeitos uns e outros. (SANSONE 2004, p. 64)

Antes acreditava-se que a situação do negro no Brasil era apenas um acidente. Esse pensamento era atribuído ao povo, ou seja, não apenas os ideólogos, mas as pessoas comuns, do povo, brancos e negros, pensariam assim.

Os estudos de Bastide, Florestan e Costa Pinto rompem radicalmente com essa forma de pensar. A grande discussão que eles estabelecem é uma discussão já colocada pelo movimento negro nos anos 1930: a existência do preconceito racial no Brasil, apesar do ideal de democracia racial.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característico de país colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (PCNs, 1997, p.21).

Nesse contexto a questão da relação entre diversidade cultural e prática docente, constitui aspecto relevante na construção de uma escola democrática, porém, sabemos que a existência da diversidade provoca conflitos, tensões e resistências as mudanças de paradigmas. Segundo as diretrizes dos PCNs a escola deveria trabalhar com ênfase a questão da Diversidade Cultural, para conhecer a cultura dos diversos grupos que a compõe posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação, já que a escola é considerada como espaço sócio-cultural e instrucional responsável pela transmissão do conhecimento e pela cultura.

Simplemente, pede-se que a pessoa que está entrevistando classifique o entrevistado em termo de cor. Essa é uma possibilidade. O problema dessa forma de classificação é que desse modo se obtém uma identidade atribuída por outrem. Do ponto de vista da teoria sociológica, não parece ser uma boa solução, porque se trata de um conceito que na verdade é uma identidade, uma identidade subjetiva do indivíduo; então, atribuir identidade é complicado, mas às vezes é a única maneira disponível.

Fazem parte de uma população culturalmente afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mais nos já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são (GONÇALVES E SILVA, 1996:175).

Políticas de ações afirmativas que valorizem e difundam a cultura da população Afro-Brasileira institui um resgate a cidadania e a identidade de um povo que contribuiu com a formação da sociedade do Brasil. Trabalhar a cultura afro-brasileira “dialogando com a educação é uma das melhores formas de combater o racismo e a violência” (SOUZA, JESUS e CRUZ, 2012 p.4). [...] “para tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam para que a escola seja uma instância necessária para realização de uma cidadania democrática tolerante e inclusiva” (BRASIL, 2000 p. 24).

Assim sendo não se pode mais pensar em Educação para a Diversidade a partir de numa concepção de igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças. Logo, reforçar a importância do exercício concreto e prático da cidadania, busca valorizar as diferenças de todos os segmentos da sociedade.

O grande desafio hoje do contexto escolar, é reconhecer a diversidade cultural como elemento inseparável da identidade nacional e regional de seus educandos, pois esse reconhecimento implica na superação de qualquer tipo de preconceito e ensina o educando a valorizar as especificidades dos grupos que compõem sua escola, seus vínculos afetivos e a sociedade.

Nesse sentido trabalhar com diversidade cultural implica em conceituar: cultura e diversidade. Cultura é (...) “conhecimentos; crenças; artes; moral; leis; costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. (definição de cultura de TYLOR (1871, apud Mair, op.cit.:15 – 16).

O termo diversidade diz respeito à variedade e coexistência de diferentes ideias, características ou elementos distintos entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Cultura (do latim cultura, cultivar o solo, cuidar) é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferentes especificidades.

A Diversidade Cultural presente em nosso dia a dia convida - nos a conviver com diferenças de todas as ordens, exigindo de todos e cada um a tolerância e o respeito ao diferente. Mas não é fácil reconhecer e aceitar a "diversidade humana". Homens e mulheres, crianças, jovens e adultos são diferentes, pensam de forma diferente e agem de maneira diferente. A verdade é que todas as pessoas são diferentes e isso, muitas vezes, é motivo de violentos

conflitos e guerra. [...] “Os indivíduos se relacionam e interligam através de culturas, valores partilhados e normas a cumprir, pela sociedade, o que torna cada vez mais abertas à diversidade”. (BASTIDE 1955, p. 23)

Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Diversidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura de Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. “Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação.” (PCN, 1998, p.122)

De fato, diversidade, deve ser um fator determinante na construção dos projetos curriculares, a escola deve entender a diversidade cultural (diferentes origens, classes sociais, valores) não como algo que deve ser diminuído, fazendo com que todos pareçam iguais quando não são, mas como algo enriquecedor para um currículo autônomo, e por isso com objetivos específicos, mostrando as diferenças, valorizando - as, fazendo do espaço escolar um lugar para o exercício de uma educação mais feliz para todos, onde valores e culturas existem com respeito e entendimento de ambas as partes.

A escola deve ser um espaço de inclusão, onde, a direção da escola, professores e alunos estabeleçam um compromisso com base na coesão social, estes princípios devem ser transversais aos conteúdos de cada disciplina.

Uma visão etnocêntrica demonstra, por vezes, desconhecimento dos diferentes hábitos culturais, levando ao desrespeito, depreciação e intolerância por quem é diferente, originando em seus casos mais extremos, atitudes preconceituosas, radicais e xenófobas. Percebe cada vez mais uma sociedade multicultural, cuja “pluralidade de culturas, etnias, religiões, são cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea.” (Moreira, 2001, p. 41)

Quanto à diferença, Silva propõe uma distinção entre diversidade e diferenças que consideram os especialmente oportuna para expressar a abordagem em que situamos a perspectiva intercultural:

Em geral, utiliza - se o termo [diversidade] para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a ideia de que a diversidade está dada, que ela preexiste aos processos sociais pelos quais numa outra perspectiva ela foi, antes de qualquer outra coisa, criada. Prefere - se, neste sentido, o conceito de “diferença”, por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo com relações de poder e autoridade. (SILVA 2000 p.44 – 45).

Nesse novo tempo, o que se espera da escola é que seus planos se definam por uma educação para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que se dispõe a reconhecer às diferenças, a interdependência, a complementaridade entre as pessoas.

A desigualdade social é um leque que compreende diversos tipos de disparidade, desde a distinção de oportunidade, resultado, etc., até a desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica a mais conhecida é chamada imprecisamente de desigualdade social.

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam – se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações. (PCN, 2001, p. 19)

Embora se trate de uma tarefa difícil é responsabilidade da sociedade, de uma forma geral, transformar as pessoas, diminuir as práticas racistas, superar o preconceito, construir e preservar valores que envolvam o respeito entre as pessoas, estabelecer as possíveis relações em meio às diferenças e todo esse processo também passa pela escola, pois como instituição que faz parte da sociedade, ela vive as práticas de discriminação e de desigualdade que promovem a exclusão das pessoas.

As diferenças culturais apresentam – se de diversas formas, através de seus valores, símbolos, regras, padrões, vestimentas, hábitos, costumes, etnias,

etc. que se encontram sempre em processo de mudança, isso tudo aparece e é transmitido no agir cotidiano. Dentro das salas de aula não é diferente.

O que observamos na escola, é que os professores não estão preparados para trabalhar com a diversidade cultural existente em suas salas de aula. Algo não muito novo para Philippe Perrenoud:

“Não há dúvida de que os atuais sistemas de ensino continuam sendo incapazes de levar em conta as diferenças, a não ser para sancioná-las e transformá-las em desigualdades escolares e, depois, em orientações hierarquizadas”. (PHILIPPE PERRENOUD 2001, p. 114)

De acordo com o autor a falta do conhecimento por parte dos educadores em trabalhar as diferenças no âmbito escolar, pode contribuir para que os mesmos diferenciem seus próprios alunos e acabem contribuindo para que a discriminação se torne mais explícita. Em nossas observações, ficamos perplexos quando o fato das próprias educadoras rotularem os educandos que tem um bom desempenho, dos que não conseguem acompanhar a turma, desrespeitando as culturas existentes na escola e o pior, é que eles acabam fazendo com que essas crianças se excluam ou sejam excluídas do contexto escolar e social.

As diferenças raciais se constituem num dos grandes dilemas que, sem sombra de dúvidas, atravessa os períodos da evolução humana. Independentemente de ser de ordem física, social, cultural ou étnica ela sempre está presente para estigmatizar, rotular, marcar, elevando ou rebaixando pessoas. “Fala-se da educação para os valores, para os direitos humanos e igualdade de oportunidades, tolerância e convivência, para a paz, educação inter/multicultural, educação ambiental, educação antirracista.” (GUIMARÃES, 1996, p. 175)

A vida escolar brasileira é composta por várias histórias, diferentes famílias, cada um com sua peculiaridade, o que proporciona ao professor uma interação com os alunos, onde se pode criar um processo didático interativo em que um aprende com o outro. Porém, na maioria das vezes, isso acaba não acontecendo. “A escola tem que ser local, como ponto de partida, mas internacional e intercultural, como ponto de chegada.” (SILVA, 1996, p. 102)

Em nossas observações no período de estágio a respeito da prática docente, percebemos a dificuldade do educador em articular, mediar e equilibrar certas situações, pois em geral, os alunos negros, e os menos favorecidos eram discriminados, seja por apelidos, cor, vestimenta, aspectos físicos e estéticos, e

simplesmente essas questões passavam despercebidas pelos educadores ou muitas vezes um pedido de desculpa forçado pelas professoras, era como se tudo tivesse resolvido. Mas de acordo com Imbernón ao falar de prática docente ele afirma que:

“O eixo fundamental do professor é o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a própria prática docente, com o objetivo de aprender a interpretar, compreender e refletir sobre a realidade social e a docência”. (IMBERNÓN 2001, p. 39)

Percebemos que a ação docente tem o papel primordial na luta quanto ao respeito às diferenças, bem como a reflexão de seus conceitos, é considerar que cada educando traz consigo especificidades e trabalhar o tema diversidade é de extrema importância.

De acordo com o PCN, cabe ao professor o papel de quebrar o trauma causado por muitos séculos de preconceito:

Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de fato, e de maneira profunda, é condição para que o professor, em sala de aula, possa escutar até o que não foi dito. Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente com o reação. O professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada (PCN 2001, p. 55).

No entanto, esses problemas encontrados na escola só serão superados quando houver união entre educador, gestores e demais funcionários.

Pois a função da escola é valorizar a diversidade na composição da identidade nacional e escolar, e desmistificar o mito da democracia racial em que são apresentados alunos de diferentes culturas como se fossem iguais, de modo que os alunos reconheçam o direito à diferença como constitutivo do direito à igualdade e respeito com o próximo.

1.1 DEBATE SOBRE AS COTAS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O recente debate sobre cotas no Brasil tem permitido trazer para a superfície da discussão sociopolítica do país os problemas dos grupos historicamente discriminados. O equívoco consiste em enfatizar a modalidade mais polêmica das políticas de ação afirmativa. Tais políticas têm servido, em vários países, para minimizar os pesados custos sociais para populações que foram colonizadas, externa e internamente, em países hoje considerados multirraciais e ou multiétnicos, que procuram pautar-se pela construção e aprofundamento dos ideais democráticos.

Em linhas gerais debater em torno da aceitação ou não-aceitação das cotas, além de empobrecer a discussão de conteúdo, significa perder a oportunidade de levantar e tentar responder à seguinte questão: Como podemos incluir minorias historicamente discriminadas, uma vez que as políticas universalistas não têm tido o sucesso almejado, e, ao mesmo tempo, debater em que bases é possível rever aspectos fundamentais do pacto social.

Seguindo em sua argumentação, o autor afirma que as desigualdades sociais, de maneira distinta das diferenças sociais, têm por base um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos, camadas ou classes sociais. Assim, o problema pode ser esboçado da seguinte forma: desde o surgimento do liberalismo existe uma tendência, ou ao menos uma preocupação de eliminar, paulatinamente, as desigualdades sociais. A questão é como fazer a distinção entre aquilo que é o reconhecimento de uma diferença natural ou cultural e, portanto, preservar essa diferença e, por outro lado, eliminar as desigualdades sociais. (VALTER ROBERTO SILVÉRIO, 1999, p.221)

A desigualdade social é marca registrada da sociedade brasileira, desde os seus primórdios, e associá-la à nossa origem pode-se identificar dois focos principais de geração de desigualdades sociais no Brasil. O primeiro, que considera o mais importante, é a desigualdade entre ricos e pobres. O segundo, que afirma ser também forte, mas de menor importância quando comparado ao primeiro, é a desigualdade entre brancos e negros. A desigualdade entre ricos e

pobres é uma das principais fontes de preconceitos e atritos e o grande fator de atraso da sociedade brasileira. A desigualdade entre brancos e negros, decorrente da escravidão, seria a principal fonte de geração e manutenção de hierarquias sociais vinculadas ao pertencimento racial. “ Mas nenhuma cultura é pura, pois o contato de indivíduos de culturas diferentes leva ao reconhecimento da aculturação.” (BASTIDE 1955 p. 52)

Toda desigualdade se estrutura a partir de um juízo de superioridade, aparentemente os negros, desde que foram trazidos para as terras brasileiras, estiveram submetidos a todo tipo de juízos, normalmente negativos e pejorativos, sobre sua condição de diferente no plano sociocultural. Assim, o modo como as diferenças naturais e culturais são construídas socialmente, na forma de desigualdades sociais, torna-se um problema científico e político nas sociedades contemporâneas.

Raça não é apenas algo a mais, e sim, parte integrante e constitutiva de nossas experiências cotidianas mais comuns. No Brasil existiu e existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes. A característica básica do modelo brasileiro de classificação racial, quando contrastado com o modelo norte-americano é a multipolaridade. “Assim, a marginalidade é definida em negativo, em relação aos valores dominantes, ou seja, como carência em relação à inserção no mercado de trabalho, à proteção social, à cidadania.” (GILLIAM, 2000, p. 75)

O modo múltiplo permite que os indivíduos possam ser classificados de distintas maneiras de aplicação do termo moreno e moreninho há uma grande gama de aparências que podem incluir descendentes de europeus e descendentes de africanos, entre outros.

A característica básica do modelo americano, de acordo com os antropólogos, é a bipolaridade com base na hipodescendência, conhecida na cultura popular dos EUA como a regra de uma gota só (one drop rule). De acordo com Gilliam, a hipodescendência implica uma situação na qual a pessoa herdaria ad infinitum a identidade social do progenitor menos prestigiado geração após geração. A autora chama a atenção para o fato de que a hipodescendência só se refere a pessoas de descendência africana; nenhum outro grupo teve que se debater com este modelo de identidade social (GILLIAM, 2000, p.94).

Nos anos 90 do século XX presenciamos uma mudança de postura significativa, em todos os segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no país. Dentre os fatores que mais contribuíram para a maior visibilidade das desigualdades sociais entre negros e brancos podem-se destacar o aumento e a divulgação de pesquisas empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra, no plano estadual e municipal; e o reconhecimento oficial, em 20/11/1995, no plano federal, da existência da discriminação racial e do racismo, com a implantação por meio de decreto do Grupo de Trabalho Interministerial GTI, com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra.

Existe um certo consenso entre os estudiosos da área do direito de que, a partir do advento da Declaração de Direitos humanos, reconhecido como o documento precursor das modernas declarações de direitos fundamentais, o tema da igualdade passa a ter um grande desenvolvimento no plano jurídico. As mudanças estimuladas pelo desenvolvimento do capitalismo no mercado teriam provocado a transição do princípio jurídico da igualdade de todos perante a lei, isto é, de um princípio isonômico ou formal que, aparentemente, permitiria um mesmo tratamento normativo para todos os indivíduos para um princípio de igualdade material ou substantiva. Assim, o princípio jurídico da igualdade teria deixado de ser apenas um sustentáculo do Estado de direito para ser um dos pilares do Estado social.

Vários autores registram que a década de 1960 pode ser considerada aquela na qual se originaram movimentos sociais que estimularam mudanças sociais pro- 230 Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 fundas na dinâmica das sociedades ocidentais. Tais mudanças repercutiram sobremaneira nos esquemas interpretativos das ciências sociais. O dicionário do pensamento social do século XX, por exemplo, registra as características que se seguem estudadas pelos teóricos em relação aos novos movimentos sociais. (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996, p.502).

As posições conservadoras de muito se assemelham às críticas de intelectuais e da imprensa brasileira em relação à ação afirmativa, a meu ver produto da não-atualização dos esquemas interpretativos e conceituais.

A pobreza, que passou a ser a palavra de ordem da reação conservadora, sempre apareceu para os nossos conservadores de forma prioritária na explicação dos problemas sociais. Lá, os negros e as mulheres, aparentemente, estão desafiados a manter as conquistas obtidas com os programas de ação afirmativa, especialmente entre os anos de 1960 e de 1980; aqui, negros e mulheres necessitam lutar para a implementação de políticas públicas e programas que ampliem sua participação em posições estratégicas do mercado de trabalho, em paralelo à crítica feita à sociedade que os inferioriza. “A desigualdade social designa a expressão “minorias” que é atribuída aos indivíduos que pertencem a grupos de identidade com tradição de menor poder e oportunidades. (BASTIDE 1955, p. 62)

Aprender a conviver significa respeito e abertura para as relações humanas, significa habilidade pessoal de permitir a aproximação e não o afastamento do outro, através da empatia, do respeito, das formas alternativas de vida, da escuta, do diálogo e de interesse.

De acordo com Guimarães, a discussão sobre políticas públicas com o fito específico de beneficiar os afro-brasileiros é ainda incipiente no país. Os argumentos contrários vão em três direções: 1. As ações afirmativas significam o reconhecimento de diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, o que contraria o credo nacional de que somos um só povo, uma só raça. 2. Há aqueles que veem em discriminações positivas um repúdio ao princípio universalista e individualista do mérito que orienta a vida pública brasileira e tem sido a principal arma contra o particularismo. 3. Para outros, simplesmente, não existem possibilidades reais de implementação dessas políticas no Brasil. (GUIMARÃES, 1996, p. 237)

Assim, no primeiro caso a negativa de reconhecer a existência formal da discriminação racial, quando ela é denunciada e comprovada, transmuda-se na afirmação de que ela não pode existir porque não somos brancos, porque somos todos mestiços. Esse consenso nacional, todavia, não resiste a um exame mais detalhado. Tudo se passa nessa versão romântica do anti-racismo, como se quisesse negar uma realidade na qual, no íntimo, acredita-se: declara-se que as raças não existem, mas se usa a classificação de negros e brancos dos Estados Unidos, como se esta fosse a classificação racial verdadeira, como se os brancos americanos não fossem, eles próprios, também mestiços; como se eles fossem

puros, cem por centos brancos. Apenas nossos brancos é que seriam mestiços e, por isso, seriam considerados negros nos Estados Unidos.

CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jornalista Orlando Dantas” situado na Rua Evangelino da Paixão Nº 297 no Bairro Veneza, Aracaju - Sergipe, atende 1.100 alunos do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental nos turnos matutino, vespertino e noturno. No turno matutino atendendo alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. No turno vespertino e noturno alunos do sexto ano ao nono ano do Ensino Fundamental.

Esta Escola foi edificada no ano de 1994 na administração do Prefeito Jackson Barreto. O espaço físico conta com doze salas de aula bem arejadas munidas de ventiladores de teto, uma quadra esportiva, um refeitório, uma cantina, banheiros, sala de professores com ar condicionado, diretoria, secretaria, sala de informática com doze computadores em excelente estado de conservação, usados diariamente pelos discentes.

Ao analisarmos a parte estrutural da Escola, encontramos um sério problema, pois, de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Art. 3º diz que é proibido barreiras, qualquer entrave, obstáculo que impeçam a acessibilidade aos deficientes. Desta forma, a Escola não se enquadra nesse padrão. Os alunos deficientes não contam com um espaço físico que vise melhorar a movimentação e locomoção dos mesmos.

A estrutura física escolar não dispõe de rampa para cadeirantes, não tem nenhuma estrutura que facilite a movimentação, locomoção dos alunos especiais.

O quadro de funcionários atualmente está completo, dispondo de: Um diretor, dois coordenadores, uma secretária, três assistentes administrativo, dois vigilantes, quatro merendeiras, seis agentes de limpeza e dez professores do polivalente atendendo as séries do primeiro ao quinto ano. No turno da tarde e noite com doze professores das diferentes disciplinas distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O Colégio está localizado em um bairro com muitas dificuldades, onde a maioria das famílias sofrem as consequências de uma sociedade injusta que não oferece as condições mínimas para se viver com qualidade. Os alunos atendidos são oriundos do Bairro Veneza e suas adjacências. Em relação às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa

renda, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa ou a garantia dos direitos trabalhistas como Carteira de Trabalho assinada. Um outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como: Bolsa Família, PETI, dentre outros.

Faz-se importante também observar o baixo nível de escolaridade das famílias da comunidade escolar, que apresenta um grande número de analfabetos, os quais conseguem, ainda com certa dificuldade, assinarem o próprio nome. A maioria possui apenas o Ensino Fundamental incompleto. Poucos possuem o nível médio ou superior.

A religião praticada pela maioria da comunidade escolar é a Católica observando-se também grande número de evangélicos. De acordo com a realidade brasileira na qual a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas está inserida verificam-se, dentre as já citadas, outras características sociais que refletem no processo de ensino e aprendizagem. Exemplifica-se aí a violência, a desigualdade social, a individualidade, os valores distorcidos, dentre outros.

A violência quando se manifesta no âmbito escolar é denominada como indisciplina, e pode ser entre os alunos e dos mesmos com relação ao corpo docente. Nos dois casos, sabe-se que o educando está refletindo, em parte, a sua realidade e situação de vida. Por vivermos em uma sociedade capitalista, até mesmo o trabalho escolar, muitas vezes, se flagra aderindo a conceitos e métodos que tem traços capitalistas, por isso, é indispensável pensar constantemente na prática que se adota na escola para as mínimas ações, principalmente no que diz respeito ao individualismo que acaba sendo norteador de algumas ações ou discursos dentro da escola, e não é este valor que devemos fortalecer em nosso meio e sim o que julgamos humanizados.

A nível Municipal a escola é classificada como de médio porte e tem grande importância, devido ao alunado que atende, os níveis de ensino que oferece, os projetos realizados, e a educação que se desenvolve em seu contexto. Sendo que a preocupação da instituição é a educação pública de qualidade para todos, garantindo assim a formação de cidadãos conscientes de seu papel, na transformação desta sociedade injusta e desigual.

Cientes do nosso compromisso em oferecer uma educação de qualidade, verificamos que em alguns aspectos esta instituição precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista que estamos em processo constante de modernização e atualização. Sabendo que esta melhora dependerá de um movimento coletivo para se concretizar, diversas reuniões foram realizadas com os diferentes segmentos da comunidade escolar e muitas ideias e sugestões foram surgindo as quais já estão sendo colocadas em prática visando a atender os anseios da comunidade e estando dispostos a ser mais atuantes. Citamos a seguir alguns dos problemas enfrentados por este estabelecimento conforme levantamento realizado.

Em relação aos educandos percebemos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes tais como: o descompromisso com o outro; a falta de motivação para qualquer tipo de atividade; a ausência de perspectiva para si mesmo; a indisponibilidade para qualquer reflexão; a sexualidade banalizada; a violência em suas diversas manifestações; dentre outros aspectos que geram insucessos nos estudos levando os alunos à evasão ou repetência que, no período noturno é bastante acentuada.

Diante desses fatos os professores têm se sentido “impotentes” em sua função fundamental: a de ensinar. Outra preocupação evidente em nossa comunidade é em relação ao espaço físico. A Escola necessita urgentemente de uma reforma geral devido muitos dos ambientes escolar está deteriorado: salas de aula com goteiras, portas quebradas, banheiros quebrados. Mesmo enfrentando tais adversidades constatamos que a comunidade escolar como um todo se preocupa com o trabalho a ser realizado e demonstra satisfação em relação à quantidade e qualidade dos materiais didáticos e pedagógicos que temos a nossa disposição.

Diante da importância da presença da Cultura Afro-Brasileira na formação da sociedade brasileira, este projeto tem como objetivo discutir de forma dinâmica uma Educação que contemple o desenvolvimento de atitudes visando à promoção e formação do indivíduo no sentido de resgatar os valores da população Afro-Brasileira mostrando que todos são iguais em dignidade e direito.

CAPÍTULO 3 – PLANO DE INTERVENÇÃO

O projeto será desenvolvido no ambiente escolar, com aplicabilidade de uma intervenção pedagógica numa escola da rede municipal de Aracaju (SE), trabalhando aspectos culturais da população Afro-Brasileira.

Inicialmente os alunos irão ao laboratório de informática pesquisar vídeos e textos sobre a cultura Afro, focando os principais aspectos e seus costumes. Com isso, iram confeccionar o material a ser usado nas apresentações. Organizados em grupo, produzirão vídeos relacionados à cultura Afro-brasileira e oficinas, pois, adquirindo o conhecimento científico, os alunos, após preparação e ensaios, apresentarão à comunidade escolar suas produções que servirão de conscientização do sentido de aprender e inserir o ensino desta disciplina de forma dinâmica na Escola.

Sendo assim, todos os alunos serão conscientizados da importância da Cultura Afro-Brasileira. Durante toda a execução do projeto, os alunos trabalharão em equipe, o que possibilita a discussão.

Os assuntos executaram o projeto desta forma para que todos se envolvam e tome conhecimento do que é Educação para a Diversidade com ênfase a Cultura Afro-Brasileira.

De acordo com Vygotsky todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. Essa teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada, histórico-social. Este processo, se dá na relação com outro, nas trocas onde o professor aperfeiçoando sua prática constrói, consolida, fortalece e enriquece seu aprendizado. Por isso é importante ver a pessoa do professor valorizar o saber de sua experiência. Neste sentido, NÓVOA (1997) afirma que a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando. Assim, o papel do professor é de fundamental importância para a criança ao iniciar a Educação infantil, esta criança está na idade de vivenciar o processo de socialização e estabelecer amizades.

A metodologia utilizada neste projeto contempla uma ação educativa que visa garantir que a criança compreenda e contemple a diversidade cultural.

Ainda, que as trocas de experiências entre crianças sejam respeitadas, inclusive nas produções individuais. Tudo isto levando em conta o prazer lúdico (co)gerador do processo de produção.

Diante destes elementos, o professor deve estar atento no redimensionamento das atividades propostas quando houver necessidade. A utilização de recursos como TV, vídeo, computadores em sala de aula, internet, visita a escolas e espaços culturais, ida ao teatro, cinema, entre outros, garante situações de aprendizagens significativas no percurso do desenvolvimento da criança. Assim, nesta organização, estes conhecimentos são (re) pensados e (re) vistos enquanto percebimento de um aprendiz que lida com indivíduos em uma sociedade em constantes mudanças.

Durante o processo de construção deste projeto é importante afirmar que este estará em consonância com a Proposta Pedagógica da Instituição.

Sendo assim, o trabalho será dividido em várias etapas que deverão estar em consonância entre si como:

- ✓ Interação dos grupos/turmas através de jogos de percepção e observação do corpo como um todo brincadeiras, músicas de conhecimento comum a todos.

- ✓ História o uso da arte de contar histórias para apresentar diversos contos observação de figuras humanas nas imagens.

- ✓ Após leitura de histórias, uso de desenhos e (re)interpretação) destas.

- ✓ Valorização da ação artística e o respeito pela diversidade cultural.

- ✓ Trabalho individual e em grupo respeitando o limite e o potencial de cada um.

- ✓ Criação de trabalhos manuais através de pinturas, colagens, modelagens, texturas.

- ✓ Proporcionar aos discentes o conhecimento acerca da Cultura Afro-Brasileira e sua importância na formação social do Brasil;

- ✓ Promover a valorização cultural através da leitura e interpretação dos textos literários afro-brasileiros, refletindo sobre este tema;

- ✓ Estimular a formação de opiniões, atitudes e valores que desenvolvem os cidadãos críticos e éticos para a consciência étnico-racial;

- ✓ Trabalhar o conceito de Educação em Direitos Humanos, despertando

nos alunos a construção de um espaço escolar democrático;

- ✓ Trabalhar a especificidade histórica da cultura popular negra dentro das discussões da Lei Federal nº 10.639/2003,
- ✓ Promover práticas educativas que promovam o respeito a diversidade, valorizando as diversas manifestações culturais.

A partir daí iniciam-se os ensaios de fala, coreografias, leitura, escrita, etc. O professor com o conhecimento do grupo como um todo, pode inferir apresentando sugestões indicando materiais, tipos de ações adequados a cada criança ou grupo. É essencial que este trabalho requer uma integração plena entre alunos, professores e funcionários da instituição, além de pais e comunidade, pois o desenvolvimento depende da participação de todos, pois envolvem diferenciados conteúdos cada um em seu segmento. Para planejar cenários, fantasias, adereços, máscaras, entre outros, o desenvolvimento de oficinas entre os participantes devem ser uma constante para que sejam confeccionadas todo o material a ser utilizado.

Enfim, a avaliação deve ser contínua, através de observações e registros do professor que poderá documentar os progressos do desenvolvimento dos alunos, das habilidades conquistadas como linguagem, escrita, interpretação, expressão, criticidade, comunicação, criatividade, autonomia, respeito as regras sociais, etc. Estes, são o Norte para que estes sujeitos possam agir como transformadores do faz-de-conta para o mundo real.

Para que se possa avaliar efetivamente se uma criança ou grupo desenvolve-se saudavelmente deve-se pensar em um ambiente que remete a desafios em situações de interatividade podendo ser feita de forma sistemática por todos os envolvidos no processo como afirma ZAMBELLI.

Enfim, o processo avaliativo ocorrerá gradativamente durante todo o transcorrer do processo de ensino-aprendizagem, através de observação e registros. Ao final será apresentado todos os registros realizados pelos alunos durante a intervenção pedagógica, atividades estas que farão parte de um portfólio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa consideramos a importância da inserção da disciplina Afro-Brasileira no currículo escolar. Nosso estudo baseou-se em mostrar a importância da diversidade cultural e o reconhecimento dos povos, em especial ao negro bem como a inclusão dos conteúdos referentes a estes nos currículos escolares.

As estratégias para a ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo são necessárias para que a escola responda não somente aos alunos que nela buscam saberes, mas aos desafios que são atribuídos no cumprimento da função formativa e de inclusão, tudo num processo democrático, reconhecendo e valorizando a diversidade, como um elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem. Incluir e garantir uma educação de qualidade para todos os alunos é uma questão de justiça e equidade social. A inclusão implica na reformulação de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais inclusivos, facilitando incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

É de suma importância de reconhecer as identidades na escola para pregar a tolerância e a diversidade. Quando se fala em identidade da escola, não se leva em consideração a pluralidade cultural presente em todas as instituições brasileiras. A história do Brasil mostra que até mesmo as políticas públicas sempre trabalharam para homogeneizar a escola, anulando as perspectivas de diversidade.

Para a maioria dos educadores os estudantes ainda estão em processo de formação de sua personalidade, e a presença das diferenças permite que ele obtenha mais recursos para sua formação de vida. Pois, todos nós reagimos diante do meio social. As crianças precisam aprender a conviver e aprender com as diferenças.

Nós aqui propomos que a escola implemente projetos de resgate das origens dos alunos, atividades que resgatem a memória dos alunos e de suas famílias, a fim de saber a história de cada um, suas origens, sua infância, onde viveram, quais eram seus hábitos. Seria uma das formas de trazer a tona as suas

memórias de vida e tentar trabalhar com objetos pessoais dos estudantes e dos próprios professores, destacamos que nós educadores também devemos participar dos resgates, já que eles também formam o ambiente escolar.

Além dos trabalhos oficiais que lidam com a diversidade, é importante também que os conceitos de respeito à diferença sejam trabalhos naturalmente, no dia a dia. Quando dizemos para um aluno que se ele não estudar ele vai ser um lixeiro, automaticamente você passa a ideia de que o lixeiro é um ser humano inferior. Se faz necessário destacar a importância de todos os alunos, sem exceções, para que todos participem ativamente das discussões. Pois devemos trabalhar incentivando a igualdade social, pois somos todos iguais sem distinção de cor e raça.

Para isso a formação de professores é algo fundamental para o bom desenvolvimento da educação, a temática presente auxilia profundamente na qualidade do ensino. No que diz respeito às questões étnico-raciais, trata-se de um objeto de estudo e de ensino que requer conhecimentos específicos e aprofundados, uma vez que, professor não seja preparado para trabalhar com estas questões, corre o risco de possibilitar o desenvolvimento de posturas racistas e preconceituosas para com alunos, reproduzindo sistematicamente valores não coerentes com os princípios pedagógicos.

Não é fácil para nenhum educador colocar em práticas tantas mudanças acerca do currículo escolar. Ser apolítico nestas circunstâncias implica em pactuar com a injustiça e a desigualdade em sala de aula. Lecionar, neste ensejo exige clareza de objetivos, metas as quais se quer chegar em qualquer processo de ensino-aprendizagem. O dia a dia de uma escola pode ser o meio de dissipação ou dispersão de atitudes preconceituosas.

Na sociedade os seres afrodescendente é discriminado desde o nascimento, onde durante a formação da consciência da criança já é embutido em sua mente que o negro é um cidadão de segunda qualidade, e, com isso a criança vai crescendo com essa mentira em sua mente e futuramente acaba aceitando essa realidade brasileira que distorce tudo o que se prega nos longos discursos de reuniões de nível internacional que se fala em igualdade e direitos iguais para todos sem discriminação de cor, raça e religião. Na escola, os alunos afrodescendentes são discriminados pelos próprios colegas brancos de classe por

não terem tido o conhecimento da valorização do cidadão negro, acabam rebaixando os colegas negros, e, os professores com a falta de preparo até mesmo psicológico e preparo intelectual que deveria receber durante a sua Graduação, menospreza os alunos afrodescendentes e desqualificam perante os brancos. No mercado de trabalho, o afrodescendente também é olhado com outros olhos mas não no sentido positivo e sim no lado negativo, sempre favorecendo o cidadão de cor branca, desprezando muitas vezes a qualificação profissional do cidadão negro e avaliando somente a aparência, raça e status social

A instituição escolar precisa desenvolver um currículo em parceria com os professores, de forma constituir um processo educacional que revele aos alunos a importância de ver ao outro como semelhante, pois a imagem que a escola constrói é de pessoas oprimidas, exploradas.

É importante que se pense em um currículo igualitário. Esses aspectos são muito importantes na formação dos cidadãos e devem ser abordados por cada educador de forma que venha a identificar os sujeitos históricos do país. Espera-se que as escolas analisem a influência que a cultura Afro-Brasileira traz para a sociedade, criando meios para que seja revelada, resgatando-se assim as memórias e as histórias desse povo caracterizando a cultura como a maior riqueza de sua diversidade.

Tendo em vista os aspectos observados é imprescindível que todos se conscientizem de que devemos lutar por uma escola mais social, um currículo que valorize mais a cultura de nosso país, e que pouco conhecemos. Por isso, torna-se necessário conhecer a Lei Federal 10.639/23 a qual determinou a obrigatoriedade de estudos relacionados à temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas da rede básica de ensino, para que avaliando melhor sobre o negro no nosso país, possamos valorizar mais sua história e sua cultura que está tão presente em nossa sociedade e em nossas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e Brancos** em São Paulo. São Paulo, Ed. Anhembi Ltda. , 1955.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GONÇALVES E SILVA, P. B. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Revista Educação, v. 30, n. 3. Porto Alegre, p.489-505. Set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745> >. Acesso em: 20/08/2015.

GILLIAM, A. **Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: esboço de uma perspectiva para o Brasil**. In: CAPINHA, G.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). Identidades: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000, p.73-105.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo. Atica. 2001.

GUIMARÃES, A. S. **A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil**. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996, p.233-242.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional – formar - se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 01/06/2015.

_____. **LEI Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**.> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em: 06/09/2015.

_____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Porquê construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades**. Porto: ASA Editores. (2001).

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**, trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004, 335 pp.

SANTOS, Mônica Pereira dos & PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, Políticas e Práticas** . 2.ed.São Paulo: Cortez, 2008.

SILVÉRIO, V. **O Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora**. Revista USP, n. 42, p.44-55, jun. ago. 1999.

SOUZA, Manoel. M; JESUS, M. de F.; CRUZ, T. dos S. **História e cultura afro-brasileira na escola: lei 10.639/03**. Revista Eletrônica. Faculdade Jose Augusto Vieira - FJAV. ano V. nº 07. 2012. ISSN 1983-1285. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Historia_e_Cultura_AfroBrasileira_na_Escola.pdf>. Acesso em: 20/08/2015.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WILLIAM E OUTHWAITE, W. T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**, Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ZANON, Marcos Afonso; BRAGA, Sandra; BRITO, Marta Ouchar de. **Pedagogia 11: História da África e Cultura Afro-Brasileira – Sociologia das Organizações e Educação – Literatura Infanto-Juvenil**. Pró-Escola, FAPI – Faculdades de Pinhais – Paraná, 2010

Apêndices

Apêndice A – Fotos dos Alunos e da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jornalista Orlando Dantas”.



Figura 01: Fachada da E.M.E.F Jornalista Orlando Dantas.
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)



Figura 02: Apresentação dos alunos do 4º ano “A” sobre o Plano de Intervenção “Diversidade Cultural e Valorização das Diferenças no Espaço Escolar”.
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)



Figura 03: Palestra com alunos do Ensino Fundamental Menor com o tema: "Preconceito Racial"
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)



Figura 04: Alunos do 4º Ano "A" em sala de aula.
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)



Figura 05: Alunos do 4º ano "A" em sala de aula
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)



Figura 06: Alunos do 4º ano "A" em sala de aula.
Fonte: Dados do Diagnóstico (2015)